

**SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S/A**

CNPJ/MF N.º 05.328.772/0001-70  
Brasília - DF

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Ao encerrar este exercício social em 31 de dezembro de 2010, SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A., tem a satisfação de submeter para exame e apreciação de V.Sas, em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, BALANÇO PATRIMONIAL com respectivas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e correspondentes NOTAS EXPLICATIVAS. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em reais)			
	N.E	2010	2009
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	10	5.421.443	2.147.098
Contas a receber	11	3.075.052	1.763.690
Impostos e contribuições a recuperar	12	175.418	92.846
Outras contas a receber	13	36.516	350.305
		<b>8.708.430</b>	<b>4.353.939</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Créditos com acionistas e empresas ligadas	14	721.866	-
Investimentos	18	73.468.098	60.444.455
Imobilizado	16	10.684.945	11.128.052
Intangível	17	15.765	19.596
		<b>84.890.674</b>	<b>71.572.506</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>93.599.103</b>	<b>75.926.445</b>
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras			
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		654.452	59.124
Obrigações trabalhistas e sociais	19	927.485	701.597
Obrigações fiscais e tributárias	20	357.434	309.240
Outras obrigações	21	122	1.003.593
		<b>1.939.493</b>	<b>2.073.554</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	22	73.852.891	13.192.460
Reserva legal		1.122.043	1.721.998
Reserva de lucros a disposição da AGO		16.684.676	47.821.505
Reserva para investimentos		-	11.116.928
		<b>91.659.610</b>	<b>73.852.891</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>93.599.103</b>	<b>75.926.445</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em reais)			
	N.E	2010	2009
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	4	12.312.478	11.382.181
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>12.312.478</b>	<b>11.382.181</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	5	(6.637.794)	(6.126.197)
Despesas tributárias		(4.795)	(11.136)
Resultado de equivalência patrimonial	6	16.731.123	16.588.206
Outras receitas	7	1.248.850	29.456
		<b>11.337.384</b>	<b>10.480.329</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>		<b>23.649.862</b>	<b>21.862.510</b>
<b>Despesas e receitas financeiras</b>	8	<b>282.244</b>	<b>(40.248)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>23.932.104</b>	<b>21.822.262</b>
<b>Despesas com tributos sobre o lucro</b>	9	<b>(1.491.251)</b>	<b>(1.742.308)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>22.440.853</b>	<b>20.079.954</b>
<b>Lucro por Ação</b>		<b>6,25</b>	<b>5,99</b>
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a disposição da AGO	Resultado do exercício	Total
<b>Saldo inicial em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>3.590.000</b>	<b>718.000</b>	<b>9.602.460</b>	<b>39.921.041</b>	-	<b>53.831.501</b>
Aporte de capital	9.602.460	-	(9.602.460)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.079.954	20.079.954
Reserva legal	-	1.003.998	-	-	(1.003.998)	-
Reserva para investimento	-	-	11.116.928	-	(11.116.928)	-
Retenção de lucros	-	-	-	5.038.842	(5.038.842)	-
Transferência para reserva de lucro	-	-	-	-	2.861.622	2.861.622
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.920.186)	(2.920.186)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>13.192.460</b>	<b>1.721.998</b>	<b>11.116.928</b>	<b>47.821.505</b>	-	<b>73.852.891</b>
Aporte de capital	60.660.431	(1.721.998)	(11.116.928)	(47.821.505)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.440.853	22.440.853
Reserva legal	-	1.122.043	-	-	(1.122.043)	-
Retenção de lucros a disposição da AGO	-	-	-	16.684.676	(16.684.676)	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(4.634.134)	(4.634.134)
<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>73.852.891</b>	<b>1.122.043</b>	-	<b>16.684.676</b>	-	<b>91.659.610</b>
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras						

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em reais)			
	2010	2009	
<b>EVENTOS</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício	22.440.853	20.079.954	
<b>Ajuste para Conciliar o Lucro Líquido com as Disponibilidades Gerado pela Atividade Operacional</b>			
Depreciações e amortizações	494.178	550.161	
Resultado de participações societárias	(16.731.123)	(16.588.206)	
Dividendos recebidos	97.237	-	
Dividendos recebidos antecipadamente	3.610.243	2.920.186	
<b>Aumento (Redução) nos Ativos Operacionais</b>			
Contas a receber clientes	(1.311.362)	(271.256)	
Impostos e contribuições a recuperar	(82.572)	(92.846)	
Outras contas	313.788	(199.925)	
Créditos diversos	(721.866)	-	
<b>Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais</b>			
Fornecedores	602.099	14.621	
Obrigações trabalhistas e sociais	123.520	(4.251.542)	
Obrigações fiscais e tributárias	143.913	(75.011)	
Outras contas a pagar	(1.003.593)	222.511	
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.975.314</b>	<b>2.308.647</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
(Aquisição) Baixa de investimentos	-	(3.566.689)	
(Aquisição) Baixa ativo imobilizado	(66.835)	543.571	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento de capital	-	(9.602.460)	
Financiamentos obtidos a longo prazo	-	4.815.119	
Dividendos pagos	(4.634.134)	2.920.186	
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>(4.700.969)</b>	<b>(4.880.273)</b>	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.274.345</b>	<b>(2.571.626)</b>	
Saldo inicial de caixa	2.147.098	4.718.724	
Saldo final de caixa	5.421.443	2.147.098	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.274.345</b>	<b>(2.571.626)</b>	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
**A SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades comerciais e civis, como acionista ou quotista e prestar serviços de consultoria e assessoria para suas controladas e coligadas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico PME (Resolução CFC N.º 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC-PME exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 28 de março de 2011.

**MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
As novas normas, interpretações e alterações, aplicadas pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2009, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade do Pronunciamento em suas demonstrações financeiras da Companhia.

A aplicação do Pronunciamento Técnico PME (Resolução CFC N.º 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e por esse motivo não estão sendo apresentadas informações do saldo de abertura de 01 de janeiro de 2009.

menções na nota explicativa nº 16 e levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens como os respectivos valores residuais.

**j) Redução ao valor recuperável**  
Por questões de levantamento dos saldos contábeis, durante o exercício não foi realizado o teste do valor recuperável do ativo imobilizado.

**k) Passivos circulante e não circulante**  
Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriado ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**l) Provisões**  
Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que o recurso econômico possa ser requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as mesmas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Provisão para Contribuição Social e para Impostos de Renda**  
Foram constituídas as provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda nos percentuais de 9% e 15% respectivamente, compreendendo ainda o Adicional do Imposto de Renda à alíquota de 10%, de acordo com os preceitos da legislação fiscal vigente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia adotou a tributação pelo Lucro Presumido.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado em função do faturamento dos serviços prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**b) Caixa e equivalente de caixa**  
Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme nota explicativa 10 para maiores detalhes das equivalências de caixa da Sociedade.

**c) Estimativas contábeis**  
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. Os julgamentos das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

**4. RECEITA LÍQUIDA**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Receita Líquida</b>	<b>12.312.478</b>	<b>11.382.181</b>
Receita de Serviços	9.682.134	8.686.155
Receita de Aluguéis	3.600.000	3.600.000
Impostos sobre Receita	(969.656)	(903.974)

**5. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>6.637.794</b>	<b>6.126.197</b>
Despesas Gerais	2.701.671	2.696.299
Despesas com Pessoal	3.936.123	3.429.898

**6. RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>16.731.123</b>	<b>16.588.206</b>
Hospital do Coração do Brasil S/A	3.054.397	2.551.093
Hospital Santa Luzia S/A	13.200.398	13.388.867
Santa Luzia Assistência Médica S/A	476.328	648.246

**7. OUTRAS RECEITAS**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Outras Receitas</b>	<b>1.248.850</b>	<b>29.456</b>
Reversão de Provisões	781.082	-
Dividendos Recebidos	409.534	-
Outras Receitas	58.234	29.456

**8. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>282.242</b>	<b>(40.248)</b>
Despesas Financeiras	(69.036)	(233.325)
Receitas Financeiras	351.278	193.077

**9. DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>13.282.134</b>	<b>12.286.155</b>
Base de Cálculo = 32%	4.250.283	3.931.570
<b>Lucro Presumido I:</b>	<b>4.250.283</b>	<b>3.931.570</b>
Rendimento de renda fixa	206.339	307.708
<b>Lucro Presumido II:</b>	<b>4.456.622</b>	<b>4.239.277</b>
<b>Base de Cálculo do Adicional</b>	<b>4.216.622</b>	<b>3.999.277</b>
IRPJ - 15%	668.493	635.892
Adicional 10%	421.662	399.928
<b>Despesa de IRPJ</b>	<b>(1.090.155)</b>	<b>(1.035.819)</b>
Base de Cálculo da CSLL	4.456.622	4.239.277
<b>Despesas de CSLL</b>	<b>(401.096)</b>	<b>(706.489)</b>
<b>Total das despesas com tributos sobre lucro</b>	<b>(1.491.251)</b>	<b>(1.742.308)</b>

**10. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.421.443</b>	<b>2.147.098</b>
Caixa	2.130	492
Bancos	67.322	221.938
Aplicações Financeiras	5.351.991	1.924.668

As aplicações financeiras a curto prazo estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidades de juros, possuindo liquidez imediata.

**11. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Contas a Receber</b>	<b>3.075.052</b>	<b>1.763.690</b>
HSL - Hospital Santa Luzia S/A	2.954.444	1.559.726
SLAM - Santa Luzia Assist. Médica S/A	34.756	34.009
HCBR - Hospital do Coração do Brasil S/A	85.852	169.955

O montante de contas a receber refere-se à contratação de serviços entre as subsidiárias e sua controladora.

**12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Impostos e Contribuições a Recuperar</b>	<b>175.418</b>	<b>92.846</b>
IRRF a Recuperar	34.719	19.652
IRRF a Recuperar sobre Aplicação Financeira	2.951	1.215
PIS a Recuperar	20.098	10.437
COFINS a Recuperar	94.888	48.171
CSLL Retida a Recuperar	22.762	13.371

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas com base em diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas premissas.

**13. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>36.516</b>	<b>350.305</b>
Outros Créditos	17.744	153.751
Créditos com Funcionários	18.775	196.554

**14. CRÉDITO COM ACIONISTA E EMPRESAS LIGADAS**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Crédito com Acionistas e Empresas Ligadas</b>	<b>721.866</b>	-
Créditos com Acionistas	699.993	-
Créditos com Empresas Ligadas	21.873	-

**SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S/A**

CNPJ/MF N.º 05.328.772/0001-70

Brasília - DF

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em reais)**

d) Dividendos  
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 53 do Estatuto da Sociedade, são de 20% do lucro líquido ajustado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o valor é de R\$ 4.263.762. Em 03 de agosto de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intercalares, conforme previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76, no valor de R\$ 4.634.134.

**23. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia mantém seguros de seus bens móveis e imóveis, em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira.

De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC-PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

**25. ADOÇÃO DO CPC- PME PELA PRIMEIRA VEZ**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em total aderência ao CPC-PME. As demonstrações financeiras foram preparadas na observância do referido pronunciamento.

O termo empresas de pequeno e médio porte adotado neste Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto. Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o CPC-PME, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do Pronunciamento.

**Isenções da aplicação retrospectiva completa:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância aos Pronunciamento PME, entretanto, considerando os aspectos estatutários, a Companhia não efetuou transações relacionadas às operações e respectivas seções demonstradas abaixo.

Seção	Operações
Seção 10	Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros
Seção 12	Outros tópicos sobre instrumentos financeiros
Seção 15	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto
Seção 16	Propriedade para investimento
Seção 19	Combinação de negócios e ágio por expectativa de rentabilidade futura
Seção 20	Operações de arrendamento mercantil
Seção 24	Subvenção governamental

Seção 25	Custos de Empréstimos.
Seção 26	Pagamento Baseado em Ações.
Seção 28	Benefícios a empregados
Seção 29	Tributos sobre o lucro
Seção 30	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações.
Seção 31	Hiperinflação
Seção 34	Atividades especializadas

**26. CONCILIAÇÃO ENTRE PRÁTICA ANTERIOR E CPC-PME**

Não houve ajustes relevantes nos Balanços Patrimoniais e na Demonstração do Resultado do Exercício da Companhia em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas seguintes seções do CPC/PME:

- Seção 1 - Pequenas e Médias empresas
- Seção 2 - Conceitos e princípios gerais
- Seção 3 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Seção 4 - Demonstração da posição financeira (Balanço patrimonial)
- Seção 5 - Demonstração do Resultado
- Seção 6 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- Seção 7 - Demonstração dos fluxos de caixa
- Seção 8 - Notas explicativas às demonstrações financeiras
- Seção 9 - Demonstrações consolidadas separadas
- Seção 11 - Instrumentos financeiros básicos
- Seção 13 - Estoques
- Seção 14 - Investimento em controlada e em coligada
- Seção 17 - Ativo imobilizado
- Seção 18 - Ativo intangível
- Seção 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Seção 22 - Passivo e Patrimônio líquido
- Seção 23 - Receitas
- Seção 27 - Redução ao valor recuperável de ativos
- Seção 32 - Evento subsequente
- Seção 33 - Divulgação sobre partes relacionadas
- Seção 35 - Adoção inicial deste pronunciamento

**DIRETORIA**

**Wilmair Moreira da Silva**  
Diretor de Controladoria

**Elisandro Anuar Philippsen**  
Direto Financeiro

**CONTADORA**

**Maria do Socorro Torres Frazao**  
CRC/DF 016508/0-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas do  
**SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **Santa Luzia Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Com o objetivo de se adequar as novas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1000), no que tange a adoção do CPC PME - Seção 17, a Companhia está em processo de contratação de empresa especializada para proceder ao levantamento físico, identificação e revisão da vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado. Conseqüentemente, não nos foi possível mensurar os efeitos no saldo do ativo imobilizado, bem como do valor da depreciação reconhecida no resultado do exercício naquela data.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, da controlada Cavaquinho S.A. Hotéis e Turismo, não foram auditadas. Como consequência, não nós foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos saldos do investimento e do respectivo efeito da equivalência no resultado, no ativo e no patrimônio líquido naquela data.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, das controladas Hospital Santa Luzia S.A., Hospital do Coração do Brasil S.A. e Santa Luzia Assistência Médica S.A., por nos auditadas, apresentavam no parágrafo da Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, dos respectivos relatórios datados de 28 de março de 2011, contendo as seguintes qualificações: i) limitação de escopo quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado ii) ênfase quanto a realização dos impostos e contribuições a recuperar, iii) na controlada Hospital Santa Luzia S.A. ênfase em relação ao prazo da conversão do depósito judicial da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pela Receita Federal do Brasil.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 da controlada Santa Luzia Assistência Médica S.A., por nos auditadas, apresentavam no parágrafo da Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, de seu relatório datado de 28 de março de 2011, contendo a seguinte qualificação: i) constituição parcial da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Luzia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

**Ênfase**

Sem alterar a nossa opinião descrita no parágrafo anterior conforme descrito na nota nº 12, a Companhia mantém registrado no ativo circulante, impostos e contribuições a recuperar no montante de R\$ 175.418, em 31 de dezembro de 2010. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de tributos a serem compensados. As demonstrações financeiras anteriormente referidas não contemplam quaisquer ajustes que poderiam advir deste tema.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2010, das controladas Hospital Santa Luzia S.A., Hospital do Coração do Brasil S.A. e Santa Luzia Assistência Médica S.A., por nos auditadas, apresentavam as seguintes qualificações: i) ausência das respostas de confirmações diretas (circularizações) das instituições financeiras; ii) limitação de escopo quanto à conclusão do registro das contingências registradas naquela data; iii) ausência de formalização de contratos contendo condições de pagamento e garantias entre partes relacionadas. Essas qualificações foram regularizadas, sendo retiradas das demonstrações financeiras de 2010.

**Brasília-DF, 28 de março de 2011.**

**Hélio do Vale Ribeiro**  
Contador  
CRC – 1 SP 162.349/O T-DF

**AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S**  
CRC - DF 507

